

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE TABELIONATOS E DE REGISTROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 1/2014.

REMOÇÃO

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

Leia com atenção as instruções a seguir:

- Você está recebendo do fiscal de sala, além deste caderno de rascunho contendo 1 (um) tema para dissertação, 1 (uma) proposta para uma peça prática e 4 (quatro) questões discursivas, um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas. O texto da Dissertação deverá ter até 60 (sessenta) linhas; a peça prática a ser elaborada deve conter até 60 (sessenta) linhas e as respostas às questões discursivas devem ser apresentadas em até 15 (quinze) linhas.
- Ao receber o caderno de textos definitivos e este caderno para rascunho você deve:
 - a) verificar se a disciplina constante da capa deste caderno de rascunho coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos;
 - b) conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - c) comunicar imediatamente ao fiscal da sala qualquer erro encontrado no material recebido;
 - d) ler atentamente as instruções de preenchimento do caderno de textos definitivos;
 - e) assinar o caderno de textos definitivos, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova **não** será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) empréstimo de material;
 - c) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - d) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- Será considerada nula e não será pontuada a prova cuja resposta estiver fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme Capítulo XIV item 5.2 do edital.
- Na prova Escrita e Prática, é permitida a consulta **apenas** a textos de legislação pertinentes às matérias sobre as quais versará a prova, desacompanhado de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, conforme Capítulo XIV item 7 do edital.
- A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos no caderno de textos definitivos.
- **Não** será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2 (duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o **caderno de rascunhos** (prova Escrita e Prática). Quando terminar sua prova, entregue **obrigatoriamente** o caderno de textos definitivos devidamente preenchido e assinado ao fiscal de sala.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses candidatos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na coordenação do local de provas. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.
- Boa prova!

***ATENÇÃO:** ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE TODOS OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

DISSERTAÇÃO

Como núcleo do registro imobiliário e principal inovação da Lei dos Registros Públicos, de 1973, cabe à matrícula, entre outros atributos, indicar a precisa individualização de cada imóvel, afastando qualquer dúvida em relação a outros imóveis, especialmente os vizinhos, com seus característicos e confrontações. Sua instituição visa permitir ao delegado do registro o efetivo controle da disponibilidade dos direitos reais, assim como outros, a esses equiparados. Disponibilidade quantitativa e qualitativa. Partindo desse ponto, discorra, fundamentadamente, sobre os seguintes aspectos:

- A) Esclareça o que se entende por reprecificação do cancelamento da matrícula, seja quando o erro é proveniente do registro, seja quando oriundo do título. Aponte seus efeitos no assento propriamente dito. **(Valor: 2,00)**
- B) Indique as diferenças jurídicas, seus efeitos e exemplos entre:
- 1) cancelamento da matrícula;
 - 2) encerramento da matrícula;
- Tudo nas perspectivas da Lei 6.015/73 (especialmente diante de seu Art. 252) e do Provimento CGJMG 260/2013 (Art. 715) **(Valor: 2,00)**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA PRÁTICA

Considere a seguinte situação hipotética:

Compareceu ao cartório de notas no estado de Minas Gerais pessoa que afirmou ao tabelião:

“Sou João. Meu pai, Antônio, faleceu, viúvo, nesta cidade, em 2-3-2010 e deixou três filhos: meu irmão, Pedro da Silva, casado antes da morte de nosso pai, com Márcia da Silva, sob regime de comunhão universal de bens, e divorciado dela (sem promover inventário e partilha), desde 3-3-2013; minha irmã, Amélia da Silva, solteira e eu, casado com Gisele da Silva, desde 2005, pelo regime de separação obrigatória de bens. Pedro e eu somos irmãos bilaterais; Amélia é nossa irmã somente por parte de pai. Meu pai não deixou e nunca teve nem companhia nem outro filho. Agora, queremos fazer o inventário dele. Temos um advogado, que prestará assistência jurídica e participará do ato: Carlos. Nosso pai deixou somente um imóvel de herança, de propriedade exclusiva dele, livre e desembaraçado, no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), no endereço Rua General Osório, 101, Serro – MG, matriculado sob nº 999 no Cartório de Registro de Imóveis de Serro – MG. Caberá a meus irmãos o que dispuser a Lei de sucessão; já eu quero renunciar a toda a minha parte em favor de minha irmã. Minha mulher concorda com tudo. Se for necessário, ela pode comparecer no cartório, mas, se possível, gostaria que ela fosse dispensada de vir. Por último, dois pedidos: de forma legal, gostaria que as certidões sejam dispensadas, sob nosso risco, e de pagar o menor valor de impostos e emolumentos.”

João apresentou todos os documentos comprobatórios de suas declarações e necessários à prática do ato notarial, salvo os que podem ser dispensados.

Todos são brasileiros, capazes e têm domicílio em Serro – MG.

O falecido tinha domicílio em Serro – MG e não deixou testamento.

Com base nessa situação hipotética, redija, na condição de tabelião do cartório de notas, o ato notarial adequado ao caso e, ainda:

- A) indique, na ementa, descrição resumida do(s) ato(s) jurídico(s) contido(s) no ato notarial;
- B) qualifique as partes indispensáveis à lavratura do ato notarial e informe a que título cada uma delas participa do ato ou é mencionada nele, a exemplo de mutuante e mutuário, em um contrato de mútuo;
- C) redija cláusulas e elementos necessários ao(s) negócio(s) jurídico(s);
- D) cumpra os dispositivos normativos acerca do ato notarial, a exemplo de Código Civil e Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, indicando documentos e certidões apresentados.

Ao referir-se a documentos, é dispensada a indicação de número hipotético.

(Valor: 4,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 1

De acordo com a doutrina, são diversas as classificações das constituições segundo os mais variados critérios. Assim, as constituições podem ser classificadas quanto:

- A) à origem;
- B) ao processo de reforma;
- C) à extensão;
- D) à forma.

Considerando os critérios acima, classifique a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apresentando justificativa. **(Valor: 0,50)**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

Uma grande inovação no Código Civil de 2002 foi, sem nenhuma dúvida, a inclusão de um capítulo específico sobre os direitos da personalidade. Diferentemente do Código Civil de 1916, a nova legislação busca a preservação do indivíduo, em sintonia com a Constituição da República, e não apenas do patrimônio. Os artigos 11 a 21 tratam dos “Direitos da Personalidade”, consagrando-os como intransmissíveis e irrenunciáveis, salvo exceções da lei.

Cite quatro outras características desses direitos da personalidade. Explique, também, qual foi a teoria adotada pelo Código Civil Brasileiro para sua tipificação. **(Valor: 0,50)**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 3

Com base na Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997, e considerando que o Tabelião de Protesto não conserva em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida, indique pelo menos quatro requisitos que o registro do protesto e seu instrumento deverão conter. **(Valor: 0,50)**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 4

Para que seja cobrado um tributo é necessário, além da competência para fazê-lo, o atendimento às normas limitadoras que lhe são impostas.

Na data de 30 de dezembro de 2003, o Prefeito do Município XYZ, seguindo as diretrizes traçadas por Lei Complementar Federal que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), LC 116/2003 e lista de serviços anexa, baixou Decreto acrescentando à lista de serviços sujeita a cobrança do ISSQN **o item 21.1, autorizando a tributação dos “serviços de registros cartorários e notariais”**.

Fez constar o Prefeito que a eficácia do decreto é imediata, a partir da data da publicação, já sendo válida a cobrança para o ano de 2003.

Inconformados com a situação, alguns Notários e Registradores ingressaram judicialmente sob o argumento de que o Decreto violava preceitos Constitucionais, além disso, alegaram que os serviços prestados pelo Cartório são de natureza pública e, portanto, não poderiam ser incluídos no rol de serviços tributáveis, pois estavam imunizados pela denominada imunidade recíproca.

Considerando os fatos relatados, responda:

- A) Os Notários e Registradores deverão ter êxito quanto a alegação de que os serviços cartorários e notariais estão sujeitos à imunidade recíproca? Explique o instituto da imunidade recíproca e discorra sobre a submissão, ou não, conforme posição do STF, dos serviços de registros cartorários e notariais a esta limitação do poder de tributar.
- B) Quanto à instituição do tributo, houve ofensa a preceito constitucional? Explique.

(Valor: 0,50)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

